



dicas de português

Dad Squarisi

dad.squarisi@correioweb.com.br

Qual é a deles?

Chegou a hora de escolher os mandachuvas dos municípios. Há pratos requentados e receitas novas. Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Belo Horizonte correm o risco de manter o cardápio. César Maia, Marta Suplicy, João Paulo e Fernando Pimentel são candidatíssimos à reeleição. A escolha é do eleitor. Mas o problema é nosso. Eles são prefeitos candidatos ou candidatos prefeitos?

Para encaixar as peças do quebra-cabeça, vale recorrer a antecedentes. Um deles vem de Machado de Assis. Em Memórias Póstumas de Brás Cubas, o narrador se apresenta. Diz que não é um autor defunto, mas um defunto autor. Em seguida, explica: não escreveu a obra em vida, mas depois de morto. Por quê? Por medo do diz-que-diz do povo. Desencarnado, ele não devia satisfação a ninguém. Podia pôr a boca no mundo. E pôs.

Machado conhecia as manhas da língua. Sabia que as palavras são volúveis como o coração dos homens. Mudam de classe com a facilidade com que mudamos de roupa. É o caso do substantivo. Com a cara de sempre, ele vira adjetivo. A porca, então, torce o rabo. Como descobrir quem é quem?

O xis do enigma reside na colocação. Na disputa, o substantivo vem na frente. O adjetivo, atrás. Brás Cubas é defunto que se tornou autor no outro mundo. Trata-se, pois, de defunto autor. E César Maia, Marta Suplicy, João Paulo & Cia.? São prefeitos louquinhos pra continuar mandando na cidade. São prefeitos candidatas. Lula, em 2006, será presidente candidato. Ninguém resiste à picada da mosca azul.

“Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.”

Fernando Pessoa



Terras do Engenho Monjope, em Igarassu, estão sendo estudadas

História de engenho é desvendada

Pesquisadores buscam estruturas históricas e já têm achados no Monjope

Jailson da Paz
DA EQUIPE DO DIÁRIO

O passado do Engenho Monjope, no município de Igarassu, está vindo à superfície. Desde a última segunda-feira, arqueólogos escavam alguns trechos do local na busca de reconstituir o passado do engenho que foi um dos mais importantes da história pernambucana. Os pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) já encontraram fragmentos de cachimbo português e de cerâmicas, além de moedas e aros de metal que sustentavam barris de madeira.

Grande parte do material descoberto estava a cerca de 30 centímetros de profundidade, embora algumas trincheiras tenham atingido mais de meio metro. Em uma delas, próximo à moita (fábrica do engenho), foram identificados, pelo menos, quatro níveis de aterro. “O objetivo é achar as estruturas históricas e, eventualmente, pré-históricas do engenho”, esclareceram as coordenadoras de campo do projeto, Cláudia Alves e Jacionira Coêlho Silva.

E as escavações estão apenas começando. A meta é concluir essa fase da pesquisa, voltada a fazer um diagnóstico do engenho, em cerca de 30 dias. Os serviços não se limi-

tam às prospecções. Todas as peças serão analisadas pelo laboratório da pós-graduação de Arqueologia. Análises preliminares indicam a possibilidade dos fragmentos do cachimbo e das faianças serem do Século XVI ou XVII. Uma das moedas é datada de 1908.

Ao mesmo tempo em que os arqueólogos atuam, historiadores estão à cata de documentos relacionados ao Monjope. “Eles ainda são poucos”, adiantou a historiadora Virgínia Almoêdo, que está à frente desse processo. Ela acredita que algumas lacunas poderão ser preenchidas com o recebimento de documentos microfilmados da cole-

ção do Cartório Jesuítico, conservada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa (Portugal). Os jesuítas administraram aquelas terras entre 1600 e 1759, quando foram expulsos do Brasil.

Além da preocupação em reconstituir a história do local, os pesquisadores envolvidos no projeto buscam indícios que comprovem a hipótese da utilização e mão-de-obra indígena nos engenhos. “Até agora não temos dados que comprovem isso”, considerou a coordenadora geral do projeto, Gabriela Martin. As prospecções no Monjope, tombado provisoriamente pela Fundarpe, são financiadas pelo Ministério da Cultura.



Trabalho de arqueólogos começou segunda-feira

notas

Tanto faz

A lei proíbe. Mas muitos candidatos não estão nem aí. Contratam gente para fazer propaganda no dia de votação bem pertinho das urnas. É a boca de urna: Ou boca-de-urna? O Aurélio registra o trio com hífen. O Houaiss e o Michaelis, sem o tracinho. Você escolhe.

Bem-feito

Parecido não é igual. Mas confunde. E como! Vale o exemplo de infringir e infligir. Candidato que faz boca de urna desrespeita a lei. Em outra palavra: infringe a lei. A Justiça Eleitoral não deixa por menos. Pune-o com multa ou até perda do mandato. Ou seja: inflige ao atrevido pesado castigo. Bem-feito!

Acertar ou acertar

Marta Suplicy, conhecida por Maria Antonieta do PT, corre risco de perder a cabeça. José Serra está encostadinho nela. As pesquisas dão empate técnico. Com medo, ela partiu pro ataque. Diante de mil microfones, disse: — José Serra é mais nefasto...

Parou. Na cabecinha loira, pintou a dúvida. Mais nefasto que... ou mais nefasto do que...?

Sem suportar o silêncio, chutou: — José Serra é mais nefasto que Paulo Maluf. Acertou. Aliás, só podia acertar. Na comparação, o de é facultativo: Serra é mais nefasto (do) que Maluf. Serra é menos nefasto (do) que Maluf.

Pipi de nenê

Urna é como pipi de nenê. Pode sempre reservar surpresa. Mas de um fato ninguém duvida. Um candidato exclui o outro. Só um ganha. Daí a concordância de sujeitos ligados pela conjunção ou. Como há uma vaga apenas, o verbo vai para o singular: Serra ou Marta ganhará a prefeitura de São Paulo. César Maia ou Conde será prefeito do Rio.

O plural tem vez com ou? Tem. Quando houver espaço para mais de um sujeito, o ou indica inclusão: Um ou outro artista compareceram à festa. Um ou outro eleitor provocarão brigas.

Leitor pergunta

Um grupo de médicos discutiu o fato de que são feitos “retratamentos” para pacientes que não melhoraram com a terapêutica inicial. Mas a palavra não existe no dicionário. Pode-se usar retratamento pensando no jargão médico? Antonio Perene, Recife

A formação de retratamento é legítima. O prefixo requer dizer outra vez. Valem os exemplos de releitura, revisão, reeducação. A enrascada, pois, não se refere a questão de gramática, mas de comunicação. Nós falamos e escrevemos para o outro. Se o outro não entende, fracassamos.

Cabe crase na locução de quinta a domingo?

João Brasiliano, Taguatinga

Esse é exemplo de casalinho. Aparecem duas preposições. Uma é de. A outra, a. Na duplinha, o que acontece com uma acontece com a outra. Ora, de é preposição pura. A também. Nada de crase: de quinta a domingo, de São Paulo a Belô.

Compare com das 8h às 18h. Das é combinação da preposição de com o artigo as. As também é casamento — da preposição a com o artigo a: A reunião vai de quinta a domingo das 8h às 18h.

Conservação precária

Os estudos no Monjope encontram respaldo nos elementos arquitetônicos e históricos. Ele é o único da Região Metropolitana a preservar a casa-grande, a capela, a senzala e a moita. Tais características renderam o tombamento provisório e a desapropriação pelo Governo, que depositou o dinheiro em juízo devido à disputa judicial entre os familiares do antigo proprietário, Vicente Novellino Filho.

Apesar da importância, o conjunto está em situação precária. A casa-grande, do Século XIX, ainda não despencou graças às madeiras que a sustentam. As rachaduras são perceptíveis. Na moita, as más condições resultaram no desaba-

mento de parte do telhado.

A senzala não apresenta estragos semelhantes. Mesmo assim são visíveis os sinais de deterioração no piso dos alpendres, rebocos internos e externos. “Quase não lembra o tempo em que aqui se produzia cachaça, vinagre e hidromel”, lamentou Maria José Novellino, 87 anos e uma das filhas de Vicente. O engenho funcionou até os anos 60 do século passado.

Construída em 1756, a capela de São Pedro está com o coro parcialmente destruído. “Temos um projeto de restauração elaborado, mas faltam recursos”, informou Rosa Bonfim, chefe da Unidade de Preservação da Fundarpe.



Senzala está preservada, mas apresenta sinais de deterioração

Imperador foi hóspede mais ilustre

A imponência arquitetônica do Monjope se confunde com o que o engenho representou para a economia e a política, especialmente nos séculos XVII, XVIII e XIX. Uma das comprovações disso foi a passagem do imperador Dom Pedro II que, em dezembro de 1859, hospedou-se um dos cômodos do primeiro andar da casa-grande. Na época, o monarca viajava pelo Nordeste para acalmar os ânimos de quem defendia a liberdade completa do poder luso.

Para acalmar os súditos, Dom Pedro II visitou vários engenhos em Igarassu e se encontrou com líderes, tendo distribuído títulos de nobre-

za em troca da fidelidade. O engenho pertencia então à família Cavalcanti de Albuquerque, que havia promovido junto com outras forças políticas do Estado a Revolução Praieira, em 1848.

Estudiosos apontam o ano de 1600 como marco inicial do Monjope. A história, segundo a professora Virgínia Almoêdo, começou com a doação de um terreno — 1.760 metros quadrados — aos jesuítas do Colégio de Olinda. O ato teria sido do casal Antonio Jorge e Maria Florinha. No local, os religiosos plantaram culturas de subsistência e criaram gado. Documentos da Com-

panhia de Jesus mostram que, a partir de 1666, o engenho se tornou produtor de açúcar.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, os bens da Ordem são arrolados pela Coroa e leiloados. A propriedade é adquirida pela família Cavalcanti de Albuquerque. Em 1861, Monjope pouco lembra o terreno original, pois totalizava 17,4 milhões de metros quadrados.

A grandiosidade não se resumia à dimensão territorial. A roda d'água de metal inglesa, que dispensava as moedas em madeira e movidas por animais, fazia diferença dos engenhos da região. A pro-

priedade chegou a reunir 100 escravos e a produzir 10 mil arrobas de açúcar por safra. A decadência veio no fim do Século XIX, com a ascensão das usinas.

Em 1889, ele é comprado pela Companhia Beberibe, que suspende a produção do açúcar por pretender criar um sistema de abastecimento de água para o Recife. Não deu certo. O açúcar volta a ser fabricado depois de 1903, quando passa ao controle do italiano Vicente Antonio Novellino. A produção dura pouco tempo devido à impossibilidade de concorrer com as usinas, levando-o a produzir aguardente, vinagre e hidromel.